



Demonstrações Financeiras / Dezembro 2013



BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil

Fone: (0xx41) 2107-7035

Fax: (0xx41) 2107-7540



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS - Desde o início de suas operações, o Banco tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do grupo Case New Holland.

O Banco CNH Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 3.380, 3.464, 3.721, 3.988 e 4.090, e Circular nº 3.477 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos. A descrição dessas estruturas e relatórios estão disponíveis na página da internet da Instituição, no endereço: www.bancocnh.com.br.

A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Operacional - Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que subordina-se diretamente ao responsável por Controles Internos, a área está ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

B) Risco de Mercado - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Capital S.A..

As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de *Funding* o qual se reúne periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Capital S.A. visam, exclusivamente, o *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

C) Risco de Crédito - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Diretoria de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao Risco de Crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Capital S.A., é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

D) Risco de Liquidez - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de Basileia do Banco CNH Capital S.A. era de 18,20%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	2013
Patrimônio de referência nível I	1.084.386,48
Capital principal	1.084.386,48
Patrimônio Líquido	1.086.667,41
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	0,00
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(2.280,93)
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência de Nível II	0,00
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Dívida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência (a)	1.084.386,48
Risco de crédito	614.831,76
Risco de mercado	10.072,29
Risco operacional	39.407,28
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	664.311,33
Patrimônio de referência exigido (RWA)	654.239,05
- Índices de Basileia	18,23
- Índice de Basileia Ampla (inclui RBAN)	18,20
Capital nível I	18,23
Capital principal	18,23
Capital nível II	0,00
Margem (PR - PRE - RBAN)	420.075,14

GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) Contabilidade Gerencial: Responsável pelo monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) FPA: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; d) Comitê de *Funding*: desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado que envolve diretamente as áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira do Banco CNH Capital S.A. bem como a Fiat Finanças, empresa do grupo Fiat, responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário base e ao teste de stress.

OUIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 3.477, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua *Ouidoria*, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Capital S.A., tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda. Dentro desse cenário, 50,99% do total do *portfólio* corresponde a operações do segmento agrícola e 21,04% ao segmento de construção. O Banco CNH Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 27,97% do *portfólio*.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 58,02% do total de financiamentos da carteira. O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 111.347 milhões por lote de mil ações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando horas e *off book* era de R\$ 307.697 milhões, representando 5,12% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2014.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012							
<i>(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)</i>							
ATIVO	Notas			PASSIVO	Notas		
		2013	2012			2013	2012
CIRCULANTE		3.494.884	2.502.622	CIRCULANTE		1.103.640	1.081.968
Disponibilidades	4	1.012	598	Depósitos	10	283.105	326.565
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	349.742	403.743	Depósitos interfinanceiros		251.489	280.490
Aplicações no mercado aberto		349.742	403.743	Depósitos a prazo		31.616	46.075
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	346	10.029	Obrigações por empréstimos e repasses	11	763.712	642.264
Carteira própria		-	10.029	Repasses do país - instituições oficiais		763.712	642.264
Intrumentos financeiros derivativos		346	-	Intrumentos financeiros derivativos	21	440	2.011
Operações de crédito	7.a	2.552.182	1.960.939	Intrumentos financeiros derivativos		440	2.011
Operações de crédito:				Outras obrigações		56.383	111.128
Setor privado		2.702.118	2.098.505	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		12	111
Provisão para perdas em operações de crédito		(149.936)	(137.566)	Sociais e estatutárias		4.018	4.012
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(2.104)	(2.433)	Fiscais e previdenciárias	8.2	13.952	37.065
Operações de arrendamento a receber:				Diversas	8.1	38.401	69.940
Setor privado		38.831	41.790				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(38.023)	(40.918)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.777.271	2.221.417
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(2.912)	(3.305)	Depósitos	10	707.615	594.050
Outros créditos		566.003	108.669	Depósitos a prazo		707.615	594.050
Créditos por avais e fianças honradas	7.c	15.040	4.367	Captação mercado aberto	10	744.871	-
Diversos	8.1	571.892	107.074	Carteira própria		744.871	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(20.929)	(2.772)	Obrigações por empréstimos e repasses	11	2.237.424	1.548.502
Outros valores e bens		27.703	21.077	Repasses do país - instituições oficiais		2.237.424	1.548.502
Outros valores e bens		32.893	23.070	Intrumentos financeiros derivativos	21	5.497	3.035
Provisão para desvalorizações		(6.849)	(3.642)	Intrumentos financeiros derivativos		5.497	3.035
Despesas antecipadas		1.659	1.649	Outras obrigações	8.2	81.864	75.830
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.490.497	1.769.129	Fiscais e previdenciárias	8.2	40.896	16.729
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		5.290	-	Diversas	8.1	40.968	59.101
Intrumentos financeiros derivativos	21	5.290	-				
Operações de crédito	7.a	2.284.542	1.555.215	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12	157.110	120.791
Operações de crédito:				Resultados de exercícios futuros		157.110	120.791
Setor privado		2.403.976	1.682.407				
Provisão para perdas em operações de crédito		(119.434)	(127.192)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1.086.667	989.760
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(2.007)	(1.913)	Capital - de domiciliados no exterior		885.597	795.452
Operações de arrendamento a receber:				Capital - de domiciliados no País		5.986	5.377
Setor privado		35.474	44.544	Aumento de capital		-	45.753
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(35.474)	(44.544)	Reserva de capital		113.908	113.908
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(2.007)	(1.913)	Reserva de lucros		78.854	37.219
Outros créditos		202.672	215.827	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		2.322	(1.730)
Créditos por avais e fianças honradas	7.c	556	23.365	Prejuízos acumulados		-	(6.219)
Diversos	8.1	202.129	215.826				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(13)	(23.364)	T o t a l		6.124.688	4.413.936
PERMANENTE		139.307	142.185				
Investimentos		626	547				
Outros investimentos		1.133	1.054				
Provisão para perdas		(507)	(507)				
Imobilizado de uso		2.833	2.108				
Outras imobilizações de uso		7.225	6.214				
Depreciações acumuladas		(4.392)	(4.106)				
Imobilizado de arrendamento	9	107.992	134.304				
Bens arrendados		154.510	254.523				
Superveniência de depreciação		38.935	34.833				
Depreciações acumuladas		(85.453)	(155.052)				
Diferido		2.281	3.071				
Gastos de organização e expansão		4.242	5.215				
Amortização acumulada		(1.961)	(2.144)				
Intangível		25.575	2.155				
Ativos intangíveis		25.939	2.339				
Amortização acumulada		(364)	(184)				
T o t a l		6.124.688	4.413.936	T o t a l		6.124.688	4.413.936

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

	Notas	Capital social realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		800.829	-	113.908	120.964	(582)	-	1.035.119
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	6.a e 21	-	-	-	-	(1.148)	-	(1.148)
Aumento de capital		-	45.753	-	-	-	-	45.753
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	163.863	163.863
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	5.502	-	(5.502)	-
Reserva outras		-	-	-	(89.247)	-	89.247	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	(53.827)	(53.827)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		800.829	45.753	113.908	37.219	(1.730)	(6.219)	989.760
Mutações do exercício		-	45.753	-	(83.745)	(1.148)	(6.219)	(45.359)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		800.829	45.753	113.908	37.219	(1.730)	(6.219)	989.760
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	6.a e 21	-	-	-	-	4.052	-	4.052
Aumento de capital	14	90.753	(45.753)	-	(45.000)	-	-	204.110
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	204.110	204.110
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	4.642	-	(4.642)	-
Reserva outras		-	-	-	81.994	-	(81.994)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	(111.255)	(111.255)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		891.582	-	113.908	78.855	2.322	-	1.086.667
Mutações do exercício		90.753	(45.753)	-	41.636	4.052	6.219	96.907
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013		846.582	-	113.908	123.763	1.634	-	1.085.887
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	6.a e 21	-	-	-	-	688	-	688
Aumento de capital	14	45.000	-	-	(45.000)	-	-	-
Lucro do semestre		-	-	-	-	-	111.34	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. O Banco está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações da Lei nº 11.638/07 e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (e) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (f) CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (g) CPC 24 - Contabilização e divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
- (h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro-rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- I. Das transações que não envolvem caixa;
- II. De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- III. De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até à data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001 foram classificados nas seguintes categorias:

- I. Títulos disponíveis para venda:* são avaliados a valor de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, e acrescidos dos rendimentos auferidos até à data do balanço, os quais foram lançados no resultado;
- II. Títulos mantidos até o vencimento:* títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até à data do balanço, os quais foram lançados no resultado;
- III. Títulos para negociação:* adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados e de forma ativa, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e contabilizados pelos seguintes critérios:

- Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro-rata" até à data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos itens-objeto de hedge devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar o risco decorrente da exposição à variação no valor de mercado do item-objeto de hedge. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida em conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do período.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

- No recebimento de bens não de uso próprio, é adotado o menor valor dentre os seguintes:
1. Valor do crédito;
 2. Valor do bem apurado em laudo de avaliação, com indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados, e instituído com documentos relativos ao bem avaliado; e
 3. Na hipótese de crédito já baixado como prejuízo e na ocorrência de incerteza, quanto ao valor da realização do bem objeto de dação em pagamento, prevalece o valor do bem apurado em laudo de avaliação. O reconhecimento como receita não operacional se dará quando da alienação.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear, com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com as Resoluções nºs 3.642 de 26/11/2008 e 2.283 de 05/06/1996, ambas do BACEN e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos. Redução ao valor Recuperável dos Ativos - uma perda é reconhecida, caso existam evidências claras de que o ativo está avaliado por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment" quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

i) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação e;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%. O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro-rata" dia.

p) Lucro por ação

Foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2013.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Disponibilidades	1.012	598
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	349.742	403.743
Total	350.754	404.341

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2013	2012
	Circulante Até 3 meses	Circulante Até 3 meses
Operações comprometidas	349.742	403.743
Total	349.742	403.743

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco não possuía aplicação em títulos e valores mobiliários e em 31 de dezembro 2012, os títulos e valores mobiliários eram representados, como segue:

Valor do custo corrigido	2012		Ajuste acumulado no patrimônio
	Valor de mercado		
10.028	10.029		1
10.028	10.029		1

(*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido, através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

a) Títulos disponíveis para a venda: Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras (nota 5) e Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$ 34.208 (R\$ 31.525 em 2012).

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2013	2012
CIRCULANTE		
Repesses no país - BNDES FINAME	526.984	649.349
Empréstimos e financiamentos	2.175.134	1.449.156
Provisão para perdas em operações de crédito	(149.936)	(137.566)
Subtotal	<u>2.552.182</u>	<u>1.960.939</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Repesses no país - BNDES FINAME	1.702.210	1.493.011
Empréstimos e financiamentos	701.766	189.396
Provisão para perdas em operações de crédito	(119.434)	(127.192)
Subtotal	<u>2.284.542</u>	<u>1.555.215</u>
Total	<u>4.836.724</u>	<u>3.516.154</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou receitas com Operações de Crédito no montante de R\$ 511.050 (R\$ 532.875 em 2012).

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2º Semestre de 2013		Exercício de 2013		Exercício de 2012	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME e carta fiança	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME e carta fiança	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período	20.234	286.599	27.710	296.112	44.452	286.982
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(7.766)	53.698	(15.242)	78.609	(16.742)	153.690
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(45.068)	-	(79.492)	-	(144.560)
Saldo final	<u>12.468</u>	<u>295.229</u>	<u>12.468</u>	<u>295.229</u>	<u>27.710</u>	<u>296.112</u>

Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 136.196 (R\$ 198.147 em 2012) e os créditos renegociados somaram R\$ 26.951 (R\$ 47.069 em 2012).

8. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

8.1. Diversos

	2013	2012
Outros créditos - circulante		
Créditos tributários (vide nota 13.c)	37.663	44.917
Imposto a compensar	10.565	9.814
Títulos e créditos a receber (a)	503.503	-
Valores a receber de sociedades ligadas (vide nota 18)	16.438	22.428
Valores a serem devolvidos BNDES 3772	-	25.429
Outros	3.723	4.486
Total	<u>571.892</u>	<u>107.074</u>
Outros créditos - longo prazo		
Créditos tributários (vide nota 13.c)	198.327	210.963
Devedores de depósito em garantia	3.802	4.863
Total	<u>202.129</u>	<u>215.826</u>
Outras obrigações - circulante		
Créditos por antecipação de valor residual em garantia	21.888	27.254
Parcelas recebidas e não baixadas (a)	2.532	10.840
Valores a pagar - convênios (vide nota 7.e)	7.082	14.455
Provisão para pagamentos a efetuar	833	2.941
Despesas de pessoal	2.801	2.487
Outras despesas administrativas	3.265	1.963
Outros	-	10.000
Total	<u>38.401</u>	<u>69.940</u>
Outras obrigações - longo prazo		
Créditos por antecipação de valor residual de garantia	19.996	29.050
Valores a pagar - convênios (vide nota 7.e)	5.386	13.255
Provisão para passivos trabalhistas (vide nota 20)	6.627	9.738
Provisão para passivos cíveis (Nota 20)	8.959	7.058
Total	<u>40.968</u>	<u>59.101</u>

- (a) Referente à compra pelo Banco CNH de créditos de titularidade de Empresas não Financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.
- (b) O Banco recebeu dos clientes, parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilizando, até o encerramento do balanço em 31 de dezembro de 2013, tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até 5 dias úteis.

8.2. Fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Fiscais e previdenciárias - circulante		
Impostos e contribuições a recolher	13.952	37.065
Total	<u>13.952</u>	<u>37.065</u>
Fiscais e previdenciárias - longo prazo		
Provisão para impostos sobre diferido (vide nota 13.c)	15.574	13.933
Provisão para riscos fiscais (vide nota 20)	25.322	2.796
Total	<u>40.896</u>	<u>16.729</u>

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2013	2012
Arrendamentos a receber	74.305	86.334
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(73.497)	(85.462)
Bens arrendados (Nota 9)	154.510	254.523
Superveniência de depreciação (Nota 9)	38.935	34.833
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 9)	(85.453)	(155.052)
Perda em arrendamento a amortizar	745	1.005
Amortização acumulada do diferido	(1.041)	(809)
Cretores por antecipação de valores residuais (Nota 8)	(41.885)	(56.304)
Total	<u>66.619</u>	<u>79.068</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou receitas com operações de Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 65.999 (R\$ 113.470 em 2012) e despesas com Arrendamento Mercantil, no montante de R\$ 50.692 (R\$ 100.805 em 2012). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 9.997 (R\$ 5.218 em 2012).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2013	2012
SETOR PRIVADO		
Rural	2.229.194	1.509.524
Indústria	-	576
Comércio	1.436.415	822.488
Serviços	994.111	696.434
Pessoa física	1.032.091	858.690
Total da carteira	<u>5.691.811</u>	<u>3.887.712</u>
CIRCULANTE		
Operações de crédito	2.702.118	2.013.771
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	35.298	38.106
Devedores por compra de valores e bens (vide nota 8.1)	503.503	84.734
Créditos por avais e fianças honrados	15.040	4.367
Total da carteira	<u>3.255.959</u>	<u>2.140.978</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito	2.403.976	1.682.407
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	31.322	40.962
Créditos por avais e fianças honrados	556	23.365
Total da carteira	<u>2.435.854</u>	<u>1.746.734</u>

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco:

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil

Fone: (0xx41) 2107-7035

Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2021 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano. Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 44.182 (R\$ 46.702 em 2012).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Latin América e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do período:

	2º Semestre		Exercício	
	2013	2013	2012	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	107.047	261.811	191.111	
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15%, respectivamente	(42.819)	(104.724)	(76.444)	
Efeitos das exclusões / adições permanentes / temporárias:	47.119	47.023	(4.631)	
Efeito das adições / exclusão do semestre / exercício	1.456	1.360	(703)	
Destinação para incentivos fiscais	1.161	1.161	-	
Efeito dos juros sobre o capital próprio	44.502	44.502	1.039	
Ajuste da base de cálculo da CSL (*)	-	-	(4.967)	
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do semestre / exercício, líquido dos impostos diferidos	4.300	(57.701)	(81.075)	

(*) Seguindo uma nova orientação jurisprudencial do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o BCNH passou a neutralizar os efeitos dos ajustes de insuficiência ou superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil na base de cálculo da CSL. Em maio de 2012, foi efetivado o recálculo da CSL dos últimos 5 anos, gerando uma despesa de imposto de R\$ 4.967.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2013	2012
Impostos e contribuições correntes:		
Imposto de renda e contribuição social	(38.873)	(30.294)
Impostos e contribuições diferidos:		
Imposto de renda e contribuição social	(18.828)	(50.781)
Total	(57.701)	(81.075)

c) Movimentação e origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição	Constituição (reversão líquida da realização)		Saldos em 31/12/13
	Saldos em 31/12/12	Saldos em 31/12/13	
Provisão para perdas com créditos (a)	202.104	(22.194)	179.910
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.725	(76)	1.649
Provisão para contingências	4.817	(1.518)	3.299
Provisão para desvalorização de bens não de uso	1.457	1.283	2.740
COFINS Lei nº 9.718	35.508	7.967	43.475
Outros	10.269	(5.352)	4.917
Total	255.880	(19.890)	235.990
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	(13.933)	(1.641)	(15.574)
Créditos tributários - líquidos	241.947	(21.531)	220.416

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 179.910, acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430.

d) **Expectativa de realização dos créditos tributários:** Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2013, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2013	2012
2013	-	44.917
2014	37.663	80.424
2015	82.538	44.917
2016	39.063	44.917
2017	39.063	40.705
2018	37.663	-
Total	235.990	255.880

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 181.867 (R\$ 210.842 em 2012).

e) Medida provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A MP 627/13 dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos, em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

O Banco CNH Capital S.A. aguardará a conversão da Lei do MP 627/13 para análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para o Banco.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 891.582.770 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 477.107.338 ações pertencentes à CNH Indal N.V. com sede na Holanda, 408.489.345 ações pertencentes à CNH Capital UK Limited com sede no Reino Unido, e 5.986.087 ações da CNH Latin América Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 45.000 (emissão de 45.000.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), através da capitalização de parte dos lucros auferidos no 1º semestre do exercício de 2013, conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2013.

Em 22 de janeiro 2013 foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital realizado em 2012 no valor de R\$ 45.753, através de capitalização de juros sobre o capital próprio, o qual foi reclassificado da conta de aumento de capital para a conta de capital social.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente substancialmente de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros - outros, refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

d) Juros sobre o capital próprio

O Banco efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 111.255, sendo o valor líquido do imposto de renda retido na fonte equivalente a R\$ 94.567. O referido pagamento foi realizado proporcionalmente à participação de cada acionista do Banco.

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre		Exercício	
	2013	2013	2012	2012
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(8.645)	(16.789)	(19.426)	
Despesas de serviços de terceiros (b)	(2.590)	(5.734)	(4.940)	
Despesas e incentivos	-	-	(1.051)	
Despesas de processamento de dados	(3.290)	(5.373)	(4.551)	
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(2.093)	(3.609)	(3.668)	
Despesas de viagens e transportes	(1.803)	(3.092)	(3.748)	
Despesas de promoções e publicidade	(853)	(1.814)	(2.022)	
Despesa de serviço do sistema financeiro	(1.130)	(2.007)	(1.691)	
Despesas de amortização e depreciação	(622)	(1.112)	(1.021)	
Despesas de comunicações	(201)	(528)	(673)	
Despesas de manutenção e conservação de bens	(304)	(421)	(297)	
Outras despesas administrativas	(1.838)	(2.528)	(1.520)	
Total	(23.369)	(43.007)	(44.608)	

(a) Referem-se, substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 8.048 (R\$ 10.670 em 2012), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros e serviços de análise de crédito R\$ 6.829 (R\$ 7.380 em 2012) e outros prestadores de serviços.

(b) Referem-se, substancialmente a serviços de cobrança no montante de R\$ 3.533 (R\$ 3.617 em 2012), e outros prestadores serviços no montante de R\$ 1.765 (R\$ 1.323 em 2012).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		Exercício	
	2013	2013	2012	2012
Outras rendas operacionais	1.205	4.310	11.598	
Recuperação de encargos e despesa	4.791	8.388	9.538	
Total	5.996	12.698	21.136	

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		Exercício	
	2013	2013	2012	2012
Despesas de fianças bancárias (a)	(9.578)	(19.633)	(20.479)	
Despesas com provisão para contingências	(2.907)	(4.960)	(7.488)	
Despesas descontos concedidos em renegociações	(143)	(1.960)	(4.395)	
Despesas de vistorias de bens financiados	(299)	(674)	(658)	
Despesas de comissões	(139)	(287)	(188)	
Despesas com atualizações monetárias	(22)	(54)	(902)	
Outras despesas operacionais	(1.974)	(1.974)	(113)	
Total	(15.062)	(29.542)	(34.223)	

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidoras das operações com o BNDES.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2º Semestre de 2013		Exercício de 2013		Exercício de 2012	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(456.694)	(29.249)	(456.694)	(43.145)	(545.392)	(14.354)
Fiat Automóveis S.A.	(376)	(28)	(376)	(40)	(348)	(62)
Fiat do Brasil S.A.	(1.149)	(86)	(1.149)	(122)	(1.063)	(199)
CNH Latin America Ltda. ...	(303.826)	(20.826)	(303.826)	(33.988)	(543.849)	(14.069)
CNH Administração	(123)	(9)	(123)	(13)	(115)	(22)
Iveco	(151.201)	(4.497)	(151.201)	(5.178)	-	-
Demais empresas	(19)	(1)	(19)	(2)	(17)	(2)
CNH Industrial NV	-	(3.802)	-	(3.802)	-	-
Serviços prestados	(312)	(1.759)	(312)	(3.525)	(273)	(5.117)
Fiat Finanças	(285)	(1.617)	(285)	(3.234)	(252)	(4.500)
Fiat do Brasil S.A.	(27)	(142)	(27)	(291)	(21)	(617)
Outros créditos e obrigações	16.438	9.578	16.438	(19.633)	(22.428)	(19.712)
CNH Global	-	9.578	-	(19.633)	-	(17.899)
Iveco	62	-	62	-	(22.428)	-
CNH Latin America Ltda. ...	16.376	-	16.376	-	(22.428)	-
Fiat Industrial	-	-	-	-	-	(1.813)

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para o exercício, bem como pela remuneração variável, provisionada no exercício e paga no exercício, e totalizaram R\$ 1.562 (R\$ 1.615 em 2012).

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações - provisões para riscos fiscais" no montante de R\$ 25.322 (R\$ 2.796 em 2012), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para riscos cíveis" no montante de R\$ 8.959 (R\$ 7.058 em 2012) e provisão para riscos trabalhistas, no montante de R\$ 6.627 (R\$ 9.738 em 2012).

Provisões para riscos fiscais

O Banco CNH Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais questões são: - COFINS - R\$ 23.892 - pleiteia restituir a COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º), quanto à incidência desse imposto apenas sobre as receitas com vendas de mercadorias e receitas de prestação de serviços. Afastando-se assim, a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida. - IIS - R\$ 1.430 (R\$ 2.114 em 2012) - pleiteia o indeferimento do auto de infração, no qual o Banco CNH Capital S.A. foi autuado em razão da prestação de serviços de vistoria em contratos de FINAME, diante da falta de previsão do serviço na lista anexa ao Decreto-lei nº 406/68, e a Lei complementar nº 116/03.

Provisões para riscos trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 6.627 (R\$ 9.738 em 2012), encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - provisão para riscos trabalhistas".

Provisões para riscos cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 8.959 (R\$ 7.058 em 2012), encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - provisão para riscos cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2012	2.796	9.738	7.058	19.592
Constituição / Reversão	22.438	(159)	2.334	24.613
Atualização monetária	139	305	90	534
Baixas por pagamento	(51)	(3.257)	(523)	(3.831)
Saldo final em 31/12/2013	25.322	6.627	8.959	40.908

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- Risco de liquidez:** relacionado ao descaçamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos. Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação

pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações. Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na CETIP.

a) Instrumentos financeiros derivativos (Swap)

	31/12/2013		Ajuste ao valor de mercado
	Valor Referencial (Contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar) de mercado	
Contratos de swaps			
Ativos DI x Passivos Pré (*)	169.609	(153)	3.717
Ativos Pré x Passivos DI (**)	315.000	1.398	(5.416)
Total	484.609	1.245	(1.546)

	31/12/2012		Ajuste ao valor de mercado
	Valor Referencial (Contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar) de mercado	
Contratos de swaps			
Ativos DI x Passivos Pré (**)	92.389	2.160	(2.886)
Total	92.389	2.160	(2.886)

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge de risco de mercado*, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no resultado do exercício.

(**) Instrumento financeiro classificado como *hedge de fluxo de caixa*, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:			
31/12/2013	(93)	677	3.133	3.717
31/12/2012	(2.011)	(416)	(2.619)	(5.046)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de Swap de taxas de juros em